

### As relações entre a universidade e a indústria

Marco Antonio Zago\*

A necessidade de intensificar as relações entre a universidade e os demais setores produtivos da sociedade tem sido repetidamente reiterada. Ao lado de seu papel criativo nas ciências e humanidades, a universidade tem de transferir este conhecimento para a sociedade. Além do ensino de graduação e pós-graduação, a transferência de conhecimento e tecnologia faz-se sob vários formatos, a maioria deles enquadrados sob a denominação de extensão. Uma série recente de três artigos na mais prestigiosa revista médica americana, *The New England Journal of Medicine*, chamou a atenção para um problema de importância crescente, as relações cada vez mais intranquias entre as instituições acadêmicas e a indústria farmacêutica e de biotecnologia<sup>1-4</sup>.

A análise da questão deve partir do reconhecimento de que a indústria farmacêutica ocupa uma posição insubstituível no cenário médico atual: é ela quem põe à disposição de pacientes e médicos os medicamentos que, em última instância, consubstanciam a síntese de grande parte da pesquisa médica e biológica relacionada com a compreensão dos mecanismos, o diagnóstico e o tratamento das doenças. É verdade que, na visão de alguns, os

lucros envolvidos são muito vultosos, mas esse aspecto não é relevante na presente discussão.

Para assegurar a eficiência e a segurança do produto, a indústria deve promover testes em humanos. Além de vencer todas as etapas exigidas pelas agências reguladoras (notadamente o Food and Drug Administration—FDA—nos Estados Unidos)<sup>5</sup>, a indústria procura ganhar a confiança da classe médica e sobrepujar os concorrentes, por meio de publicações em revistas médicas e o envolvimento de figuras que têm visibilidade e podem, pela sua participação no processo, como autores, conferencistas, participantes de mesas-redondas e cursos de atualização, ajudar a convencer seus colegas a prescrever aquele medicamento.

Este é o ponto em que o interesse da indústria se superpõe aos interesses de parcela dos membros das instituições acadêmicas (especialmente médicos de departamentos clínicos e cirúrgicos e de hospitais universitários) que controlam os serviços que dispõem de melhores condições de diagnóstico e seguimento de pacientes e eram participantes privilegiados do processo de planejamento dos testes. Mais recentemente esta dependência da indústria farmacêutica em relação às

instituições acadêmicas reduziu-se, uma vez que surgiram empresas médicas especializadas em testar medicamentos, quer no ambiente hospitalar como na comunidade. Também as empresas passaram a contratar especialistas que fazem todo o planejamento dos testes, restando aos participantes um papel operacional. Este tipo de evolução afastou ou quase extinguiu as avaliações independentes sobre medicamentos, planejadas e conduzidas exclusivamente pelas instituições acadêmicas, e assegurou um firme controle da indústria farmacêutica sobre esta atividade, na qual aplica anualmente cerca de US\$ 6 bilhões, controlando cerca de 70% de todos os investimentos em testes clínicos de medicamentos<sup>3</sup>.

Há substancial evidência sobre o efeito deletério que esta interferência crescente da indústria tem sobre atividades que deveriam ter um perfil exclusivamente acadêmico<sup>2,3</sup>. O mais importante efeito negativo é a perda de objetividade científica, produzindo viés favorável aos interesses da indústria<sup>1</sup>. Muitos médicos e pesquisadores clínicos sentem-se indignados com a simples sugestão de que seus resultados estejam sofrendo influência de interesses financeiros, mas não se trata de uma questão de honradez de

---

\*Professor Titular de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP.  
E-mail: marazago@usp.br

caráter dos pesquisadores. As evidências são suficientes para sustentar a noção de que os desvios ocorrem, embora não de uma forma intencional. Situações mais graves são representadas por conflitos entre pesquisadores e as companhias (visando a impedir a publicação de resultados desfavoráveis), a perda do controle sobre os dados, a edição e a publicação do trabalho.

Os efeitos sobre instituições universitárias são menos evidentes mas igualmente intranquilizantes. Podem ser resumidos nos seguintes itens: a) utilização da capacidade de pesquisa (infra-estrutura e pessoal) da universidade para atender a um interesse comercial; b) reforço do poder dos grupos com capacidade de testar medicamentos, independentemente de seu desempenho acadêmico; c) estímulo, por parte de administradores de universidades e hospitais, dessa nova forma de angariar recursos. Acresce que as companhias pagam de maneira irregular e pouco expressiva aos pesquisadores acadêmicos brasileiros, e estes recursos muito raramente são controlados pelas instituições e investidos no seu interesse.

Uma conseqüência indesejável para ambas as partes poderia ser resumida na expressão “matar a galinha dos ovos de ouro”, ou seja, a perda de credibilidade da comunidade médica com relação aos resultados destas pesquisas ou testes. Há indícios de que de fato isto está ocorrendo e de que vem crescendo a parcela de médicos e lideranças acadêmicas que não confiam mais cegamente nos resultados destas pesquisas, mesmo quando publicadas em revistas de prestígio internacional. Muito tem contribuído para isso a identificação dos vieses dos resultados de estudos apoiados pela indústria em comparação com os resultados de estudos não subvencionados e a revelação da hierarquia organizacional que preside seu planejamento, execução e divul-

gação, que inclui o convite a cientistas eminentes para associarem seu nome à divulgação do trabalho escrito por “ghostwriters” contratados pela indústria.

Finalmente há que se considerar um aspecto particular desta relação entre universidade e indústria no Brasil. O emprego da capacidade clínica brasileira para testes de medicamentos não contribuiu para reforçar a indústria nacional, divergindo de outras situações, em que a universidade tem (ou pode ter) um papel crítico para o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, reforçando a indústria genuinamente nacional.

Onde está o equilíbrio? Deve a comunidade universitária afastar-se completamente da indústria farmacêutica? Alguns acreditam que sim, que isto daria independência e um foco não comprometido para equilibrar as opiniões e o julgamento neste campo controverso. Pessoalmente não creio que seja a melhor solução, nem que seja possível neste momento, em vista da intensa interdependência das atividades acadêmicas e da indústria farmacêutica na pesquisa clínica. Mas, certamente, as instituições médicas e universitárias precisam reavaliar suas relações com a indústria, no sentido de atender ao interesse público. Consoante afirmam Martin e Kasper<sup>6</sup>, “as escolas e professores de medicina estão em uma posição difícil: são os guardiões dos investimentos públicos em pesquisa biomédica e ao mesmo tempo estão na vanguarda dos progressos científicos que têm que ser traduzidos em benefícios públicos pela indústria. A pesquisa em que novos medicamentos, agentes biológicos ou equipamentos médicos são testados em pacientes deve ser conduzida de forma que não exista a *possibilidade* (ou mesmo a desconfiança) de que o julgamento do pesquisador seja obscurecido pela perspectiva de ganho financeiro”.

Há no momento duas abordagens, complementares entre si, para reduzir os aspectos negativos apontados nesta relação: a revelação detalhada de todos os *potenciais* conflitos de interesse de cada pesquisador e os comitês institucionais de controle. No primeiro caso, todos os autores de trabalhos publicados, comunicações em congressos, conferencistas em eventos médicos, deveriam enunciar todas as formas de vínculos financeiros com a indústria (isto inclui, por exemplo, apoio a viagens e pró-labore). Recentemente os editores de 12 revistas médicas de alta projeção<sup>7,8</sup> decidiram que “quando autores submetem um manuscrito, seja um artigo ou carta, eles são responsáveis por revelar todas as relações financeiras e pessoais entre eles e terceiros que possam causar viés ao seu trabalho. Para evitar ambigüidade, os autores devem esclarecer explicitamente *se existem* ou *se não existem* potenciais conflitos de interesse”. Os autores devem revelar os potenciais conflitos de interesse aos participantes dos estudos e devem acrescentar ao manuscrito a informação se de fato fizeram isso. Nesta mesma linha, há uma tendência a incluir nos artigos que contemplam grandes estudos de teste de medicamentos informações sobre a hierarquia de organização do trabalho (como, por exemplo, quem foi o responsável pelo planejamento do *trial*, quem se responsabilizou pela análise estatística global, quem redigiu o manuscrito).

Quanto à segunda abordagem, há ainda grande variação, mas muitas das grandes instituições norte-americanas dispõem de comissões de instituições (diferente das comissões de ética médica ou em pesquisa, que focalizam principalmente o respeito aos interesses dos pacientes) que monitoram o envolvimento de seus docentes e médicos com a indústria e fixam diretrizes éticas, de conduta e de vantagens financeiras. Longe de representar

um empecilho à participação da academia na pesquisa clínica de interesse da indústria, esta solução dá-lhe uma característica institucional, removendo o aspecto de interesse pessoal do médico ou docente e garantindo atenção prioritária ao interesse público. Em alguns casos a negociação dos contratos de prestação de serviço se faz direta-

mente entre as instituições industriais e acadêmicas, como, por exemplo, os contratos entre o Massachusetts General Hospital e a Hoechst, a Shiseido e a Bristol-Myers Squibb, entre a Novartis e o Scripps Research Institute e a Universidade da Califórnia em Berkeley, e entre a Washington University e a Monsanto.

Em resumo, as inter-relações entre a indústria farmacêutica e a comunidade acadêmica são necessárias, podem ser benéficas para ambas as partes e atender ao interesse público, desde que respeitados limites éticos e códigos de conduta que protejam o processo contra desvios voluntários ou involuntários, estes últimos muito mais frequentes.

## Referências

1. Stelfox HT, Chua G, O'Rourke K, Detsky AS. Conflict of interest in the debate over calcium-channel antagonists. *New England Journal of Medicine* 338: 101-6, 1998.
2. Angell M. Is academic medicine for sale? *New England Journal of Medicine* 342: 1516-8, 2000.
3. Bodenheimer T. Uneasy alliance. Clinical investigators and the pharmaceutical industry. *New England Journal of Medicine* 342: 1539-44, 2000.
4. Correspondence – Is academic medicine for sale. *New England Journal of Medicine* 343: 508-10, 2000 [Além dos três artigos originais, a leitura da correspondência provocada por um deles é tão ilustrativa quanto o próprio artigo].
5. Spilker BA. The drug development and approval process. <http://www.phrma.org>
6. Martin JB, Kasper DL. In whose best interest? Breaching the academic-industrial wall. *New England Journal of Medicine* 343: 1646-49, 2000.
7. Davidoff F, DeAngelis CD, Drazen JM, Hoey J, Højgaard L, Horton R, Kotzin S, Nicholls MG, Nylenna M, Overbeke AJPM, Sox HC, Van Der Weyden MB, Wilkes MS. Sponsorship, authorship, and accountability. *New England Journal of Medicine* 345: 825-7, 2001.
8. Campbell P. Declaration of financial interests. *Nature* 412: 751, 2001.